

Com a construção de estradas de ferro e locomotivas, estações onde se construíam seus próprios navios, linhas telegráficas para ampliar as comunicações, fábricas e fundição de ferro, Lopez levou o Paraguai a um grande progresso industrial, desenvolvendo também a agricultura do fumo, algodão, cereais, arroz, cana-de-açúcar e mandioca. Lopez foi sucedido por seu filho, Francisco Solano Lopez, que, após ser empurrado pelo Congresso, em sessão tumultuada e duvidosa, continuou a obra de seus predecessores, voltada para o progresso, a modernização e a independência econômica. [...] Mas como grande parte da produção era exportada para a França, isso acabou por privar a Inglaterra do algodão e mercado consumidor paraguaio. O Paraguai se transformou, assim, em potência continental.

ROTEIRO: Angela Y. REIS, Líana M. *Dicionário Histórico Brasil: colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 167-168.

## Movimento abolicionista

As ideias abolicionistas estiveram presentes no Brasil ao longo de todo o século XIX. Porém, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos oficiais do exército brasileiro passaram a defender as causas republicana e abolicionista. Em parte, isso decorreu do fato de que, durante o conflito, eles tiveram contato com argentinos e uruguaios, que eram republicanos e não contavam mais com mão de obra escrava. Sobre o assunto, leia o trecho a seguir.

Os anos 1860 marcaram o recrudescimento da campanha pela abolição da escravidão. Com o fim do tráfico em 1850, a questão servil entrou na agenda do país para não mais sair. Até porque, com o término da Guerra de Secessão nos EUA, em 1865, a votação vitoriosa da 13ª emenda à Constituição norte-americana acabou com a escravidão naquela nação, e o fantasma do fim do sistema passou a assombrar, ainda mais, o imaginário das elites locais e governamentais. Apenas Cuba mantinha, a essas alturas, a escravidão, e a pressão internacional ficava cada dia mais forte.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. E-book.

A defesa da abolição da escravidão encontrou apoio em vários outros grupos da sociedade. Formaram-se, em todo o país, inúmeros clubes abolicionistas, que promoviam manifestações contrárias à escravidão, buscando arrecadar dinheiro para as alforrias, indenizações pagas aos proprietários em troca da liberdade dos escravizados.

Os defensores da abolição estavam divididos em dois grupos. De um lado, estavam os moderados, que queriam o fim da escravidão por meio das leis. De outro, estavam os mais radicais, que pregavam a mobilização dos próprios escravizados na luta pela libertação.

Em São Paulo, foi formado o grupo dos caifases, que incentivava os escravizados a se rebelarem e a fugir. Por meio das rebeliões, os caifases procuravam mostrar às autoridades que o fim da escravidão era inevitável. Muitos dos fugitivos iam para o Quilombo Jabaquara, fundado em 1887 nas proximidades de Santos, litoral de São Paulo.

Enquanto grupos debatiam a abolição e como ela deveria ocorrer, os grandes proprietários de terras divergiam quanto ao fim da escravidão. Alguns desejavam mantê-la a qualquer custo. Outros, sabendo que a abolição ocorreria, estabeleceram um processo que visava à

libertação da mão de obra escrava de forma lenta e gradativa, de modo que o impacto fosse minimizado em seus negócios e na economia brasileira.

É importante salientar que a chegada dos imigrantes fez com que muitos proprietários de terras e comerciantes optassem pela mão de obra livre, que poderia ser obtida em troca de um salário, sem todo o custo que envolvia a manutenção da mão de obra escrava.

## Leis abolicionistas

Foram necessárias diversas leis para que a abolição da escravatura ocorresse no Brasil. Esse processo longo e penoso, mesmo após ter sido finalizado, não garantiu melhoria nas condições de vida dos escravizados libertos.

Desde 1810, o governo brasileiro havia se comprometido com os ingleses em acabar com o tráfico negreiro. Esse compromisso foi renovado em 1827 e 1831. Porém, o comércio de escravizados continuou acontecendo nos anos seguintes, pois a economia brasileira era sustentada pela mão de obra escrava.

Como dito anteriormente, diante da pressão inglesa, foi promulgada, em 1850, a **Lei Eusébio de Queirós**, proibindo a entrada de escravizados no país. A proibição diminuiu a entrada de escravizados vindos da África. Porém, o comércio interno dos cativos foi ampliado para garantir o trabalho no Sudeste do Império, onde estavam as fazendas de café.

Diante do aumento da pressão dos grupos abolicionistas, em 1871, foi criada a **Lei do Ventre Livre**, que assegurava a liberdade aos filhos de escravizadas nascidos a partir desse período. A impossibilidade de as crianças escravizadas se manterem longe de suas mães, no entanto, mostrou-se um entrave para a efetivação da lei, já que elas continuavam em uma condição de escravidão.



### interpretando documentos

6 Sugestão de abordagem do conteúdo.

Leia alguns artigos da Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre.

Art.1º – Os filhos de mulher escrava que nasceram no Império desde a data desta Lei serão considerados de condição livre e havidos por ingênuos.

§1º – Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores das mães, os quais terão a obrigação de criá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. [...]

Art. 2º – O governo poderá entregar a associações por ele autorizadas os filhos de escravos nascidos desde a data desta Lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores [...].

§1º – As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até os 21 anos completos e poderão alugar esses serviços [...].

LEI do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html>>. Acesso em: 26 nov. 2019.



© Coleção Ruy Souza e Silva

JÚNIOR, Christiano. *Escrava com filha*. [ca. 1885]. 1 fotografia, p&b. Coleção Ruy Souza e Silva.

Com base no texto, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- (V) A lei também recebeu a denominação de Lei do Ventre Livre por estabelecer a liberdade dos que iriam nascer.
- (V) Os filhos menores deveriam ficar sob a tutela do proprietário da escravizada, cabendo a ele o sustento do menor até que este completasse 8 anos de idade.
- (F) Os filhos de escravizadas não poderiam ficar sob a tutela do Estado.
- (V) O filho de uma escravizada deveria pagar todo o sustento recebido até os 8 anos de idade, trabalhando como escravizado até os 21 anos. Somente a partir dessa idade seria realmente livre.
- (F) A lei de fato estabeleceu a liberdade imediata dos filhos de escravizadas a partir de 1871.



Em 28 de setembro de 1885, foi promulgada a **Lei dos Sexagenários** (Lei Saraiva-Cotegipe), que decretava a libertação de escravizados com 60 anos ou mais.

É importante destacar que as condições de vida dos escravizados impossibilitava que muitos chegassem a essa idade. Os poucos que chegavam estavam com a saúde tão prejudicada que, após receberem a alforria, não conseguiam emprego ou abrigo.

Para muitos defensores do movimento abolicionista, essa lei apenas desobrigou os proprietários de escravizados de cuidar dos seus cativos na velhice.

A postura de descaso do governo em relação à situação da escravidão, portanto, acabou por acirrar o movimento abolicionista.

FERREZ, Marc. *Negro com berimbau*. [ca. 1887]. 1 fotografia, p&b. Instituto Moreira Salles.

© Instituto Moreira Salles, São Paulo



Escravizado com mais de 60 anos

§10. São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei, ficando, porém, obrigados a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos.

§11. Os que forem maiores de 60 e menores de 65 anos, logo que completarem esta idade, não serão sujeitos aos aludidos serviços, qualquer que seja o tempo que os tenham prestado com relação ao prazo acima declarado.

Em 1887, os militares enviaram à princesa Isabel uma carta na qual aconselhavam a libertação de todos os escravizados e solicitando que não lhes fosse dada mais a incumbência de perseguir e capturar os foragidos.

Em 1888, atendendo à pressão popular, a Princesa assinou a **Lei Áurea**, que estabeleceu a abolição definitiva da escravidão, sem a necessidade de indenizar os antigos senhores de escravizados. Isso acabou por retirar de forma definitiva o apoio destes ao governo imperial.

A abolição foi promovida sem que os governantes ou mesmo os movimentos abolicionistas criassem programas de assistência aos libertos.



## organizando a história

A abolição da escravidão no Brasil ocorreu

- a) de forma lenta e gradativa, pois o governo desejava dar condições de vida e moradia a todos os alforriados.
- b) por meio de lutas entre escravizados e seus proprietários.
- c) de forma lenta e gradual, porém concedeu aos escravizados a liberdade imediata após a promulgação das leis.
- x d) de forma gradativa na tentativa de que o governo não perdesse o apoio dos proprietários de escravizados.
- e) rapidamente, contando com o apoio dos Estados Unidos e dos proprietários de terras.



## troca de ideias

7 Orientação para realização da atividade.

Leia o fragmento de texto a seguir.

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação do emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta dessa aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. [...]

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. p. 100.

Apesar de mais de 200 anos terem se passado desde a abolição da escravidão, a situação descrita no fragmento ainda é realidade em nosso país.

Discuta com os colegas os itens a seguir, buscando exemplos de ações efetivas que podem contribuir para a mudança dessa situação.

- ▶ Ações governamentais
- ▶ Ações pessoais

Após a discussão, anote no caderno as principais ações debatidas pelo grupo.



## Questão indígena durante o Império brasileiro

Ao longo da colonização portuguesa, os indígenas foram obrigados a adotar a cultura dos colonizadores, sofreram perseguições e muitos foram exterminados. Todo esse processo se acentuou durante o Período Imperial brasileiro.

José Bonifácio, um dos idealizadores da emancipação política do Brasil, pregava a necessidade da formação de um país "moderno e civilizado". Para isso, haveria a necessidade de abolir de forma gradual o trabalho escravo e promover a "civilização" dos indígenas. A ideia era formar indivíduos capacitados para trabalhar na construção de uma economia forte.

As questões pertinentes aos indígenas ficaram de fora do texto constitucional de 1824.



### interpretando documentos

Em 1823, na instauração da Assembleia Constituinte, ocorreu intensa discussão a respeito dos destinatários da Constituição de 1824. Ela seria elaborada para todos os membros da sociedade brasileira ou apenas para os cidadãos brasileiros? Leia a seguir o pronunciamento do deputado Manuel José de Souza França sobre o tema.

Nós não podemos deixar de fazer esta diferença ou divisão de brasileiros, e cidadãos brasileiros. Segundo a qualidade da nossa população, os filhos dos negros, crioulos, captivos, são nascidos no território do Brasil, mas todavia não são cidadãos brasileiros.

Devemos fazer esta diferença: brasileiro é o que nasce no Brasil, e cidadão brasileiro é aquele que tem direitos civis. Os índios que vivem nos bosques são brasileiros, e contudo não são cidadãos brasileiros, enquanto não abraçam a nossa civilização. Convém por consequência fazer esta diferença por ser heterogênea a nossa população.

ANNAES do Parlamento Brasileiro. Assembléa Constituinte. 1823. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/franca\\_23091823](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/franca_23091823)>. Acesso em: 15 nov. 2019.

De acordo com o documento, responda às questões.

**1** A quem foi destinado o texto constitucional de 1824?

O texto constitucional foi elaborado para os brasileiros "civilizados" e com direitos civis.

**2** Como os indígenas, negros, mestiços e escravizados eram vistos pelos integrantes da Assembleia Constituinte de 1823?

Eles eram vistos como integrantes da sociedade brasileira, porém sem direito a participar das decisões políticas do novo país emancipado.